

COMPORTAMENTO FINANCEIRO DE ESTUDANTES NO SUL DE MINAS

FINANCIAL BEHAVIOR OF STUDENTS IN THE SOUTHERN REGION OF MINAS

Recebido em 27.03.2024 Aprovado em 02.09.2024

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v18i3.62440>

Renata Cristina Gomes de Campos

renatagomesdecampos@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade/Universidade Federal de Alfenas - Varginha/MG, Brasil

0009-0005-1553-7155

Fernando Batista Pereira

fernando.pereira@unifal-mg.edu.br

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade/ Universidade Federal de Alfenas - Varginha/MG, Brasil

0000-0002-5726-829X

Weslley Carlos Ribeiro

weslley.ribeiro@unifal-mg.edu.br

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade/Universidade Federal de Alfenas- Varginha/MG, Brasil

0000-0002-0857-2893

Resumo

O objetivo do artigo é investigar o comportamento dos jovens de baixa renda diante das questões financeiras familiares, com o intuito de subsidiar ações públicas de educação financeira nas escolas. Um questionário estruturado foi aplicado aos alunos do 3º ano das escolas públicas estaduais do sul de Minas Gerais, cujos dados coletados foram interpretados mediante análises descritivas e as proposições validadas por métodos estatísticos. Os resultados apontaram que os alunos, geralmente, participam das questões relacionadas ao orçamento familiar de forma passiva, sugerindo uma condição de responsabilidade dos alunos mais relacionada à necessidade do que propriamente conscientização quanto ao interesse familiar.

Palavras-chave: Alfabetização Financeira. Educação Financeira. Ensino Médio. Escolas Públicas Estaduais. Sul de Minas Gerais.

Abstract

The objective of the article is to investigate the behavior of low-income youth regarding family financial matters, aiming to support public financial education actions in schools. A structured questionnaire was administered to 3rd-year students from public state schools in southern Minas Gerais, with collected data interpreted through descriptive analyses and propositions validated by statistical methods. The results indicated that students generally engage in family

budget-related issues passively, suggesting a condition where student responsibility is more related to necessity rather than family interest awareness.

Keywords: Financial Literacy. Financial Education. High School. Public State Schools. Southern Minas Gerais.

Introdução

Nos dois últimos decênios, vem crescendo um movimento institucional global, que se reflete no país, em defesa da valorização de ações públicas promotoras de educação financeira para a população em geral, com intuito de promover maior bem-estar financeiro. Dentre essas ações, uma especialmente está voltada para o público de jovens estudantes.

Dentre outros fatores, no Brasil, a medida prática de maior relevo nesse sentido foi a inclusão de conteúdos de educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a serem tratados de forma transversal nos ensinamentos fundamental e médio desde 2020 (Ministério da Educação [MEC], 2017). Tal medida busca corrigir índices de baixa alfabetização financeira que atingem esse público, especialmente no país, conforme tratado na próxima seção.

Reconhecendo a importância da educação financeira em impulsionar o grau de alfabetização financeira da população em geral, o foco nos estudantes jovens se sustenta nos seguintes pressupostos:

- i) Por se tratar de uma ação pública de longa duração, envolvendo a disseminação de conhecimento e promoção de mudança comportamental, a educação financeira nas escolas pode ser ensinada de forma mais sistêmica e, portanto, alcançar maior profundidade, superando limites de ações de curto prazo, usualmente voltadas para a população adulta (Godoi & Tiné, 2020);
- ii) O público jovem já está – ou está prestes a estar – inserido no mercado de trabalho, assim como na constituição de um núcleo familiar próprio, ambos elementos requerentes de decisões financeiras mais recorrentes (Estratégia Nacional de Educação Financeira [ENEF], 2010);
- iii) A educação financeira de jovens e adolescentes pode contribuir direta ou indiretamente de forma positiva sobre as decisões financeiras da vida familiar presente, como um efeito multiplicador positivo sobre os atuais chefes de domicílio (adultos) (ENEF, 2010; Godoi & Tiné, 2020).

Neste contexto, este artigo tem como objetivo investigar o comportamento dos jovens de baixa renda, estudantes de ensino médio da rede pública, diante das questões financeiras familiares, com o intuito de subsidiar ações públicas de educação financeira nas escolas. De forma mais específica, o objetivo foi de descrever o comportamento deles diante das questões financeiras familiares cotidianas. Para isso, buscou-se identificar a presença e as formas de participação dos jovens alunos nas decisões financeiras no âmbito familiar; investigar se há responsabilidade dos alunos perante o orçamento familiar; e, por fim, apontar os conteúdos sobre educação financeira a que os jovens já tiveram acesso e identificar o principal ambiente em que esse aprendizado foi adquirido.

Para isso, um questionário online estruturado foi elaborado e aplicado aos alunos do 3º ano das escolas públicas estaduais do sul de Minas Gerais em uma amostra por conveniência de 450 respondentes. Os dados coletados foram interpretados mediante análises descritivas e as proposições validadas por métodos estatísticos.

Além dessa introdução, o artigo está dividido em mais quatro seções: a seção 2 trata sobre a estimativa de alfabetização financeira de jovens e adolescentes brasileiros e a inclusão do tema na BNCC no ensino médio. A seção 3 expõe os principais elementos metodológicos de elaboração e execução da pesquisa de campo. A seção 4 sintetiza os principais resultados por meio de análise descritiva. A seção 5 reúne as considerações finais.

O contexto da baixa alfabetização financeira dos jovens brasileiros

Desde meados dos anos 2000 o baixo nível de alfabetização financeira da maior parte da população mundial é confirmado pelo relatório da rede internacional de educação financeira (INFE), organizado pela Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). Segundo o relatório, que

avalia resultados sobre atitude, comportamento e conhecimento financeiros de 30 países, o Brasil apresenta um resultado abaixo da média mundial (Potrich, 2016). Da mesma forma, na avaliação Programme for International Student Assessment (PISA), realizada pela OECD em 2018, para medir os conhecimentos e habilidades financeiras de alunos de 15 anos de idade de escolas públicas e privadas, o Brasil apresentou o décimo sétimo desempenho em alfabetização financeira em um conjunto de 20 países participantes (Organization for Economic Co-operation and Development [OECD], 2020). Tal resultado pode ser decorrente tanto de variáveis psicológicas e comportamentais dos indivíduos, como de fatores socioeconômicos e demográficos, tendo em vista a abrangência multifacetada da educação financeira (Magro et al., 2018; Potrich, 2016; Potrich et al., 2015).

Na literatura especializada, uma série de pesquisas, realizadas tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento, apontaram que a alfabetização financeira é ainda menor para determinados grupos sociais e demográficos, dentre eles os jovens e os de baixa renda (Atkinson & Messy, 2012; Banco Central do Brasil [BACEN], 2017; Lusardi & Mitchell, 2014; Potrich et al., 2015).

Os jovens, além de baixa alfabetização financeira (Atkinson & Messy, 2012; Potrich et al., 2015), estão em um estágio de desenvolvimento da personalidade, caracterizado pelas formas de agir, pensar e sentir, em busca pelo reconhecimento social por seus pares (Anjos, 2017; Magro et al., 2018; Santos & Fernandes, 2011), o que os coloca como um público-alvo natural da indústria de consumo (Mattos & Castro, 2008), motivos pelos quais a educação financeira se torna ainda mais importante para esse grupo.

Além disso, as alterações nas estruturas das famílias, com o aumento na participação dos jovens no mercado de trabalho, para compor o orçamento da casa ou como mantenedores principais da família, consiste em outro indicativo de alerta para a necessidade do ensino de educação financeira para esse grupo. Para ilustrar, de acordo com dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011), de um total de 17 milhões de pessoas com idade entre 15 e 19 anos, aproximadamente 659 mil delas já se classificavam como responsáveis pelo domicílio. Essa situação precoce envolve lidar com circunstâncias que exijam responsabilidade e um amadurecimento, que nem sempre estão consolidados na adolescência.

Para complementar, além de as decisões financeiras estarem sob a responsabilidade de uma parcela considerável de jovens, Carvalho et al. (2017) e Santos e Fernandes (2011) afirmam que o consumo do jovem brasileiro tende a ultrapassar a sua capacidade econômica individual, uma vez que exerce também influência sobre as compras familiares.

Além disso, é importante considerar que o analfabetismo financeiro dos jovens faz parte de um ciclo intergeracional, à medida que eles tendem a reproduzir as condutas e ações dos adultos (Anjos, 2017), que, por sua vez, não são alfabetizados financeiramente, mantendo, nesse sentido, a semelhança de valores financeiros entre pais e filhos (Magro et al., 2018).

A escola, nesse ínterim, pode desempenhar um papel fundamental para a mudança na estrutura de educação financeira dos alunos, possibilitando o desenvolvimento de conceitos positivos referentes ao tema (Magro et al., 2018). Assim, desde 2017, com obrigatoriedade de aplicação a partir de 2020, o assunto foi incluído na BNCC, preferencialmente aplicado como disciplina transversal e integradora nas três etapas da Educação Básica, com o propósito de levar para os alunos demandas da vida financeira cotidiana que pudessem contribuir para a transformação da sociedade (MEC, 2017).

Dessa forma, os jovens se tornam um alvo relevante para políticas de educação financeira na expectativa de que eles sejam adultos com mais conhecimento financeiro e que ainda possam repassar aos seus familiares o aprendizado adquirido (Magro et al., 2018).

Tendo em vista a inserção recente do tema nas escolas, o público-alvo desta pesquisa são os alunos do terceiro ano do ensino médio das escolas públicas estaduais do Sul de Minas Gerais.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa aplicada (Prodanov & Freitas, 2013), com intuito de gerar conhecimento para aplicação prática, subsidiando a construção e avanço de uma política pública, com característica descritiva, por possuir como fundamento conhecer o comportamento dos jovens no contexto financeiro familiar, por meio da coleta de dados.

A abordagem do problema foi realizada de forma quantificável, visando traduzir em números as informações obtidas pelo método de pesquisa survey, que consiste na aplicação de um questionário estruturado, que se caracteriza pela interrogação das pessoas cujo comportamento se quer conhecer (Prodanov & Freitas, 2013; Mineiro, 2020).

Os dados também foram analisados de forma qualitativa, buscando relacionar as informações coletadas com a dinâmica da realidade e do contexto em que o grupo pesquisado está inserido, tendo em vista os pensamentos de Gil (2008) e Minayo (2017), ao alertarem sobre o sentido mais amplo conferido aos dados, quando estes são analisados qualitativamente com enfoque na dimensão sociocultural que pode ser captada mediante esse tipo de análise.

Para a coleta de dados utilizou-se a amostragem não-probabilística realizada na parte acessível da população, que manteve as mesmas características da variável de interesse da população-objeto. Tal tipo de amostragem é possível em casos de inacessibilidade da população ou de populações infinitas, em que a literatura conta com métodos de coleta destituídos de qualquer rigor estatístico, como o caso de amostras por acessibilidade ou por conveniência, disseminadas nas áreas de saúde (Santos, n.d.).

A priori foi realizada uma análise cognitiva do questionário por alunos bolsistas universitários, que foram convidados a avaliarem as questões e emitirem um feedback em relação à compreensão das questões a fim de avaliar aspectos de interpretação que pudessem prejudicar a qualidade do estudo realizado. A aplicação do questionário foi submetida à aprovação da Subsecretaria de Ensino Superior da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma universidade federal.

O questionário foi disseminado em formato eletrônico por meio das Superintendências Regionais de Educação (SRE) do Sul de Minas para encaminhamento às escolas, e por meio de redes sociais para que alunos pudessem respondê-lo mediante dispositivos eletrônicos com acesso à internet (smartphone, notebook, tablete ou computador).

A pesquisa foi direcionada aos alunos do terceiro ano do ensino médio das escolas públicas estaduais do Sul de Minas Gerais (de acordo com a divisão de municípios da SEE/MG), o que corresponde em média a um universo de 24.831 alunos, tendo como referência o levantamento junto às SRE das matrículas realizadas até meados de março de 2021, distribuídas em 262 escolas com ensino médio regular e/ou integral (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais [SEE/MG], 2021) de 155 municípios (Minas Gerais, 2010). Apenas os dados referentes às matrículas dos Colégios Tiradentes foram extraídos de 2020.

A aplicação do questionário ocorreu entre março e maio de 2021, resultou em 507 respostas, sendo 450 válidas. Convém reconhecer, neste tipo de pesquisa, a possibilidade de apresentar vieses na coleta de dados, como: falta de controle dos respondentes e maior alcance de umas escolas em detrimento de outras no processo de divulgação do questionário, devido às formas de distribuição (abordagens por meios diversos) e aplicação (online) do questionário para que se alcançasse o público-alvo da pesquisa.

Apresentação e análise dos resultados

Perfil socioeconômico e demográfico dos alunos

Considerando a diversidade de fatores que podem definir o perfil socioeconômico e demográfico de uma população, utilizou-se os critérios julgados mais apropriados para se atingir os objetivos propostos. A Tabela 1 apresenta as variáveis estudadas.

Tabela 1

Perfil dos respondentes a partir das variáveis idade, sexo, cor da pele, nº de moradores da residência, renda e escolaridade do principal mantenedor da família

Variáveis		Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência absoluta acumulada	Frequência relativa acumulada
Idade	Menos de 17 anos	53	11,8%	53	11,8%
	17	264	58,7%	317	70,5%
	18	72	16%	389	86,5%
	19	23	5,1%	412	91,6%
	20	03	0,7%	415	92,3%
	21	01	0,2%	416	92,5%
	Mais de 21 anos	34	7,5%	450	100%
Sexo	Homem	139	30,9%	-	-
	Mulher	307	68,2%	-	-
	Não declarou	04	0,9%	-	-
Cor da pele	Branco	239	53,1%	-	-
	Preto	40	8,9%	-	-
	Pardo	148	32,9%	-	-
	Amarelo	05	1,1%	-	-
	Indígena	01	0,2%	-	-
	Não declarou	17	3,8%	-	-
Nº de pessoas que moram com o aluno	Mora sozinho(a)	06	1,3%	06	1,3%
	1 a 3	246	54,7%	252	56%
	4 a 7	193	42,9%	445	98,9%
	8 a 10	02	0,4%	447	99,3%
	Mais de 10 pessoas	03	0,7%	450	100%
Renda familiar mensal	Até 1 salário-mínimo (SM)	122	27,1%	122	27,1%
	Acima de 1 até 2 SM	114	25,3%	236	52,4%
	Acima de 2 até 3 SM	54	12%	290	64,4%
	Acima de 3 até 5 SM	59	13,1%	349	77,5%
	Acima de 5 até 10 SM	28	6,2%	377	83,7%
	Acima de 10 SM	10	2,2%	387	85,9%
	Não sei	41	9,1%	-	-
	Prefiro não responder	22	4,9%	-	-
Principal fonte de renda da família	Carteira assinada	162	36,1%	-	-
	Trabalho informal	96	21,4%	-	-
	Funcionário público	68	15,1%	-	-
	Micro ou pequena empresa	40	8,9%	-	-
	Pensão/ aposentadoria	40	8,9%	-	-
	Auxílio do governo	06	1,3%	-	-
	Doações de terceiros	0	0%	-	-
	Não sei responder	21	4,7%	-	-
	Outra fonte	16	3,6%	-	-

Variáveis		Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência absoluta acumulada	Frequência relativa acumulada
Escolaridade do principal mantenedor da família	Não alfabetizada	07	1,6%	07	1,6%
	Sabe ler e escrever	07	1,6%	14	3,2%
	Ens. Fund. 1 – incompleto	39	8,7%	53	11,9%
	Ens. Fund. 1 – completo	42	9,4%	95	21,3%
	Ens. Fund. 2 – incompleto	31	6,9%	126	28,2%
	Ens. Fund. 2 – completo	28	6,2%	154	34,4%
	Ensino Médio –	36	8%	190	42,4%
	Ensino Médio - completo	127	28,3%	317	70,7%
	Ens. Superior - incompleto	10	2,2%	327	72,9%
	Ensino Superior -	59	13,2%	386	86,1%
	Especial./ maestr./	25	5,6%	411	91,7%
	Não sei responder	37	8,3%	-	-

De acordo com os resultados da Tabela 1, a maior parte dos alunos pesquisados possui até 18 anos de idade (86,5%), o que significa que eles estão na faixa de ensino correspondente à idade que possuem (Moreira, 2013).

Com relação à renda familiar, 27,1% declararam receber até um salário-mínimo mensal, e 25,3% entre um salário-mínimo e dois, sendo que a principal fonte de renda da família é proveniente de trabalho formal com carteira de trabalho (36,1%), seguido do trabalho informal (21,4%) e do funcionalismo público (15,1%). O número de pessoas que dividem uma residência se concentra entre 1 e 3 moradores (54,7%) e entre 4 e 7 (42,9%).

No que tange à cor da pele, mais de 50% declararam possuir cor da pele branca, seguidos de parda (32,9%) e preta (8,9%). Dos respondentes da pesquisa, 68% são mulheres, o que está em consonância com a afirmativa do Inep de que as mulheres costumam ser a maioria nas pesquisas aplicadas pelo Instituto, o que pode representar um maior interesse delas pela aprendizagem (Ministério da Educação [MEC], 2022). Além disso, o próprio fato de o questionário desta pesquisa ter sido aplicado de forma consentida, o maior número de respostas por alunas mulheres pode ser um demonstrativo do maior empenho delas pelo assunto, quando comparadas aos alunos homens.

Considerando a influência do adulto na formação do adolescente, que o vê como modelo desenvolvido de ser humano, e a importância da educação escolar no processo de formação do indivíduo (Anjos, 2017), foi pesquisada a escolaridade do principal mantenedor da família, sendo que 28,3% dos respondentes afirmaram que o principal responsável pela casa possui ensino médio completo e 13,2% o ensino superior completo. Cerca de 42% dos mantenedores possuem como nível máximo de escolaridade o ensino médio incompleto.

Perfil financeiro dos alunos

Conhecer a situação financeira dos jovens dentro do âmbito familiar ajuda a compreender a relação deles com o dinheiro. Na pesquisa foi identificado que aproximadamente 61,8% dos alunos (278 de 450) não possuem renda mensal própria, conforme consta na Tabela 2. Por outro lado, dos 172 alunos que disseram receber algum recurso financeiro, mais de 30% recebem renda que não é fruto do próprio trabalho (auxílio do governo, pensão/aposentadoria ou mesada). Assim, espera-se que esse grupo, ainda não inserido no mercado de trabalho, tenha menor grau de experiência financeira, o que pode influenciar nos níveis de participação e responsabilidade dos alunos (Chen & Volpe, 1998; Potrich, 2016).

Tabela 2

Frequências absoluta e relativa da renda e origem da renda dos alunos

Possui renda mensal	Frequência	Origem da renda	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	172	Trabalho com carteira assinada	42	24,4%
		Trabalho informal (sem carteira assinada)	50	29,1%
		Mesada	32	18,6%
		Funcionário público	17	9,9%
		Micro ou pequena empresa	04	2,3%
		Pensão/ aposentadoria	19	11,0%
		Auxílio do governo	02	1,2%
		Doações de terceiros	00	0
		Outra fonte	06	3,5%
Não	278	Total	172	100%
	

Para complementar, é válido ressaltar que, dentre os alunos que trabalham (113), cerca de 44,2% o fazem sem carteira assinada, o que vai ao encontro das evidências detectadas por Corseuil et al., (2020), ao analisarem indicadores sobre a taxa de informalidade no trabalho, que é relativamente mais alta para os jovens, se comparado com os trabalhadores de outras faixas etárias. Sob esse aspecto, a necessidade de compor a renda familiar pode fazer com que os jovens se submetam a condições de trabalho precárias: sem garantias, férias ou contribuição previdenciária, o que o coloca desde cedo em uma situação de vulnerabilidade financeira, comprometendo decisões orçamentárias básicas ou ainda decisões de longo prazo, como o período após a idade ativa.

Outra evidência detectada com a pesquisa é que cerca de 6,4%, ou seja, 29 dos 450 alunos pesquisados, disseram que são o principal mantenedor da família, o que de acordo com Botelho et al. (2006), implica maiores responsabilidades – e, por consequência, maiores decisões financeiras – para um grupo que nem sempre possui o amadurecimento necessário para isso. No censo demográfico de 2010, aproximadamente 2% das pessoas com idade entre 15 e 19 anos eram as principais responsáveis pelo domicílio (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2011), o que demonstra a relevância do número encontrado de jovens como principais mantenedores da casa nesta pesquisa.

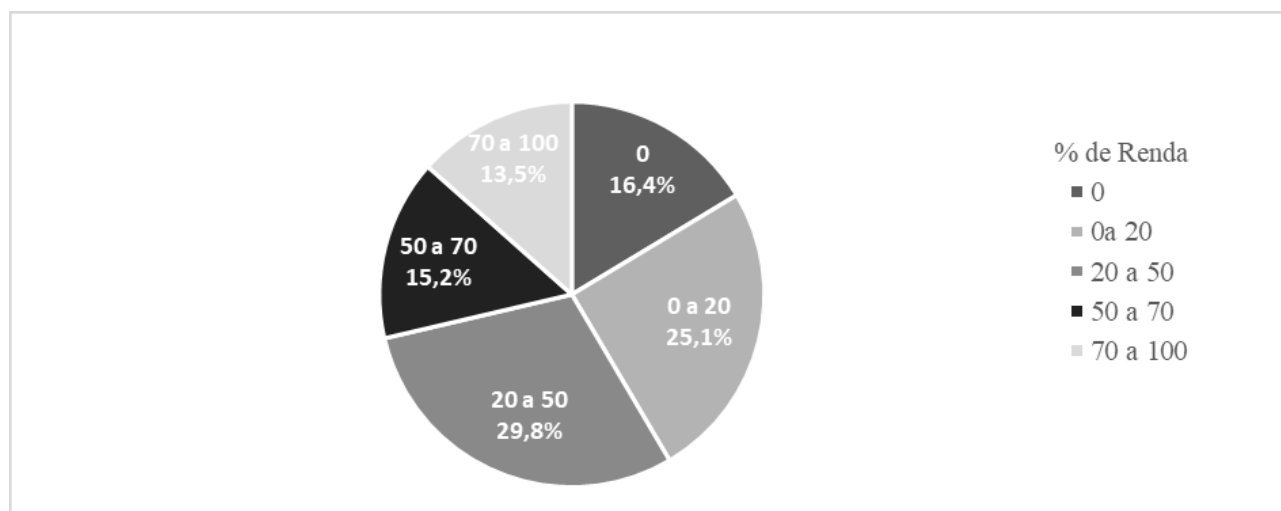
Dados da Tabela 3 mostram que dos alunos que recebem algum tipo de recurso financeiro, 18,8% disseram que gastam para uso próprio todo o dinheiro que recebem. Em contrapartida, 70,7% afirmaram ajudar em casa com o pagamento de alguma despesa, o que demonstra que os jovens se preocupam com o orçamento da casa e optam por contribuir com o pagamento das despesas, ou ainda que um número considerável de famílias depende do trabalho dos jovens para ajudar com as despesas da casa.

Quanto à poupança, pode-se verificar que dos 171 alunos que afirmaram receber algum tipo de renda, 46,2% conseguem poupar, ao menos uma parte desse recurso financeiro. Já 16,4% disseram que não conseguem poupar, pois são responsáveis pelo pagamento de todas as despesas da casa, impossibilitando a realização de uma poupança. Enquanto isso, 10,5% afirmam guardar todo o valor que recebem, sem contribuir com os gastos familiares.

Tabela 3*Frequências absoluta e relativa do destino do dinheiro que os alunos recebem*

Destino do dinheiro que os alunos recebem	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Paga todas as despesas da casa e não sobra dinheiro	28	16,3%
Ajuda a pagar alguma despesa da casa e gasta o restante com ele próprio	32	18,6%
Ajuda a pagar alguma despesa da casa e guarda o restante	10	5,8%
Ajuda a pagar alguma despesa da casa, gasta com ele próprio e guarda o restante	51	29,7%
Gasta tudo com ele próprio	32	18,6%
Guarda tudo que recebe	18	10,5%
Não respondeu	01	0,5%
Total	172	100%

Dos alunos que possuem renda, 29,8% contribuem com valores entre 20% e 50% do que recebem, e 28,7% participam com valores entre 50% até o valor total de sua renda, conforme apresentado no Gráfico 1. É válido ressaltar que mais de 51% desses alunos disseram contribuir com as despesas familiares há mais de 6 meses, sendo 27,3% há mais de 2 anos, o que implica um período de experiência financeira adquirida pelo grupo.

Gráfico 1*Percentual de renda dos alunos destinada a despesas familiares*

Estadística descritiva dos construtos investigados

Com o intuito de melhor compreender a participação dos jovens nas decisões financeiras familiares, bem como a reponsabilidade deles perante o orçamento familiar, três construtos foram investigados: decisões de compras, diálogo com a família sobre finanças, e planejamento financeiro.

Com relação ao conhecimento dos alunos sobre como o dinheiro da família é utilizado, 52,0% disseram não participar das decisões de compras e gastos familiares, enquanto 5,0% apontaram que tomam as decisões sozinhos e 43,0% participam das decisões. Tal resultado reflete que, mesmo considerando o aumento das responsabilidades familiares entre os jovens, que passam a assumir um papel significativo nas decisões de consumo da família (Botelho et al., 2006), há ainda uma significativa parcela que não se mantém a par das decisões de compras e gastos familiares.

Tabela 4

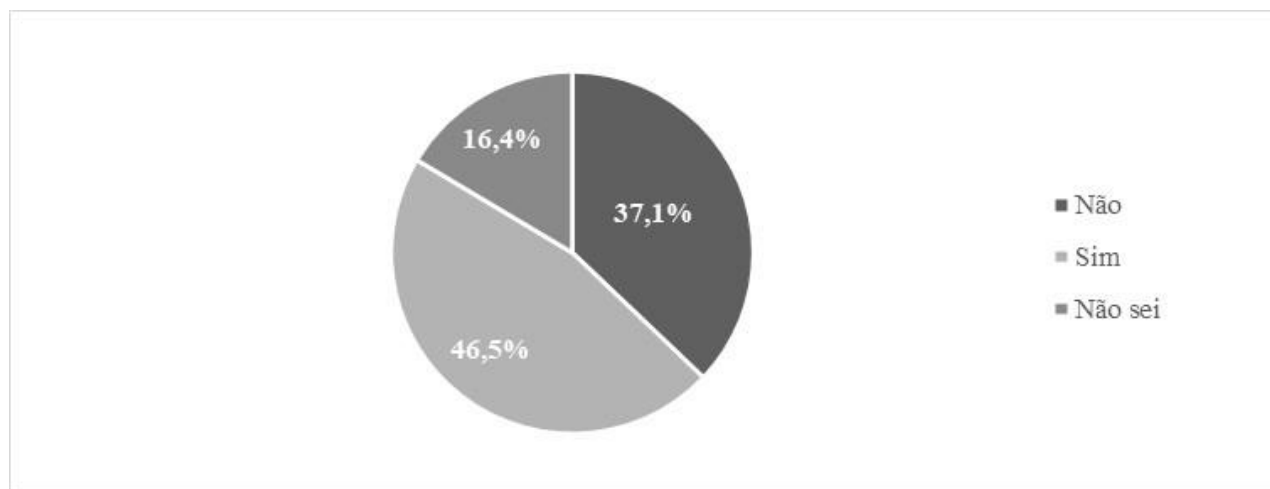
Frequências absoluta e relativa do envolvimento dos alunos nas decisões de compras realizadas pela família

Questão	Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Como são realizadas as decisões de compras/gastos para uso familiar em sua casa?	Eu decido sozinho(a)	23	5,0%
	Eu ajudo na decisão	193	43,0%
	Outras pessoas de minha família decidem	234	52,0%

Apesar de 46,5% dos respondentes afirmarem que a família realiza planejamento financeiro no mês, a parcela das que não fazem planejamento é considerável (37,1%). Esse resultado pode refletir a ausência de alfabetização financeira das famílias que pode ser medida, além de outros fatores, pela ausência de entendimento, como explica Lusardi e Mitchell (2011) – ainda que se reconheça a dificuldade que as famílias pobres possuem em realizar um planejamento financeiro, dado o contexto de instabilidade a que estão submetidas. Resultado também crítico é dos alunos que desconhecem se a família realiza ou não planejamento financeiro (16,0%), o que pode ser considerado falta de interesse dos alunos pelo assunto, ou mesmo que eles estão sendo excluídos pelos pais quando o assunto envolve as finanças da família (Gráfico 2).

Gráfico 2

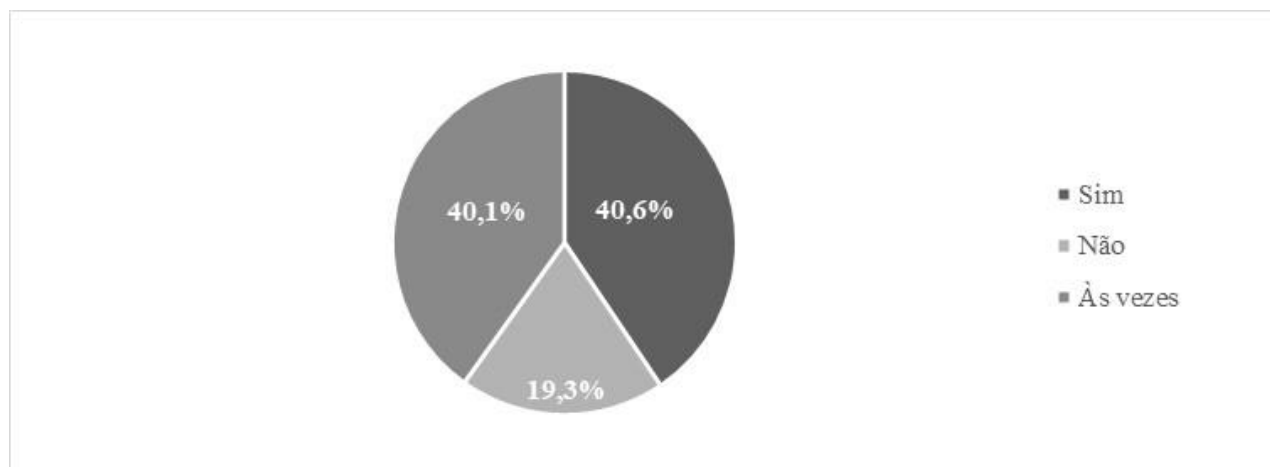
Frequência relativa das famílias dos alunos que realizam planejamento financeiro mensal



Além de ser reduzido o número de famílias que realizam planejamento financeiro, esse número é ainda menor quando a questão é saber se o aluno participa desse planejamento. No caso desta pesquisa, 19,3% deles disseram não participar, enquanto 40,1% participam às vezes e 40,6% efetivamente (Gráfico 2).

Gráfico 3

Frequência relativa da participação dos alunos no planejamento financeiro familiar



Apesar de a aprendizagem financeira se iniciar desde a infância por meio da observação, na adolescência o envolvimento direto com essas questões, seja ao administrar seu próprio dinheiro, seja participando de decisões, é um momento crítico de treinamento para a formação de valores financeiros (Magro et al., 2018). Dessa forma, quando o jovem participa do planejamento financeiro junto com a família o comportamento dele pode ser estruturado e moldado ao comportamento dos pais, que são os principais agentes de socialização nesse caso. No entanto, muitos desses pais não possuem habilidades e os conhecimentos necessários, o que significa que participar do planejamento financeiro propicia uma experiência aos jovens, mas não é condição para promover conhecimento e melhoria na alfabetização financeira.

A Tabela 5 reflete o cenário da estrutura econômica brasileira, ao apresentar que 32,7% dos alunos pesquisados afirmaram que não sobra dinheiro no final do mês, e mais 30,2% deles apontaram que os recursos financeiros de suas famílias não são suficientes para as despesas. Esse resultado ajuda a reforçar a ideia de Pereira (2015), de que as famílias não realizam planejamento financeiro por falta de uma estrutura econômica e financeira, e não pelo fato de serem analfabetas financeiras.

Tabela 5

Frequências absoluta e relativa da situação financeira das famílias dos alunos

Questão	Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Em geral, o dinheiro que a sua família recebe por mês:	Dura até o final do mês e não sobra	147	32,7%
	Dura até o final do mês e sobra	89	19,8%
	Não dura até o final do mês	136	30,2%
	Não sei responder	78	17,3%

Além disso, quando pesquisas apontam que poupar não é um hábito entre os indivíduos (Magro et al., 2018), é prudente considerar as dificuldades que as famílias enfrentam ao terem que arcar com custos mensais que não acompanham o rendimento familiar, impedindo qualquer forma de poupança e até mesmo implicando a dependência por dívidas para suprir necessidades e eventos emergenciais (Pereira, 2015).

Para complementar, 17,3% dos alunos desconhecem a situação financeira da família, o que pode ser considerado um indicativo de falta de maturidade perante às responsabilidades familiares, visto que eles

são mantidos pela família, mas não se importam sobre como a manutenção da casa é feita ou se ela é suficiente. Outra hipótese seria que as famílias não incluem os alunos nos assuntos financeiros da casa, deixando-os excluídos de questões que envolvem o orçamento familiar.

Das famílias que contam com uma sobra de dinheiro ao final do mês, 53,4% o fazem para uma reserva de emergência, enquanto 18,2% dizem realizar investimentos, o que demonstra certa preocupação financeira com o futuro. Apesar disso, o principal fator considerado nesta questão é o conhecimento relatado pelo jovem sobre o destino dos recursos financeiros da família, em que 15,9% dos pesquisados não sabem qual é, conforme a Tabela 6.

Tabela 6

Frequências absoluta e relativa do conhecimento dos alunos sobre o destino dos recursos financeiros da família

Questão	Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Em geral, o que a sua família faz com dinheiro que sobra:	Gasta com coisas diversas	11	12,5%
	Guarda para uma emergência	47	53,4%
	Investe	16	18,2%
	Não sei responder	14	15,9%

Da mesma forma que uma parcela dos alunos desconhece o destino dos recursos financeiros da família, uma parte ainda maior não se preocupa se a família possui recursos financeiros suficientes para cobrir as necessidades básica do mês (8,9%) ou deixam que essa obrigação fique à critério dos outros moradores da casa (17,4%).

Conforme aponta a Tabela 7, 40,9% dos alunos pesquisados relataram que já sacrificaram o orçamento familiar em prol de realizar algum desejo pessoal de compra, o que pode demonstrar certa falta de comprometimento desse grupo com o orçamento familiar. A falta de comprometimento é vista da mesma forma quando os alunos nem sequer sabem se os recursos por ele utilizados trouxeram algum prejuízo nesse sentido, que no caso desta pesquisa, corresponde a 9,3% dos alunos pesquisados. Esse resultado vai de encontro ao resultado da questão anterior (Tabela 10), uma vez que naquele caso a maioria disse se importar se os recursos financeiros são capazes de cobrir as despesas mensais.

Tabela 7

Frequências absoluta e relativa do conhecimento dos alunos sobre despesas realizadas por eles que sacrificaram o orçamento familiar

Questão	Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Você já comprou algo sabendo que teria que sacrificar algum gasto da família para pagá-lo?	Sim	184	40,9%
	Não	224	49,8%
	Não sei responder	42	9,3%

Em relação ao diálogo sobre finanças, 56,4% dos alunos afirmaram que conversam com seus familiares sobre o assunto, conforme se vê na Tabela 8, enquanto 22,4% dos alunos disseram não participar dos diálogos financeiros com a família, o que pode demonstrar falta de interesse dos jovens pelo assunto ou a própria exclusão dos jovens feita pelos pais quando assuntos financeiros são discutidos.

Tabela 8

Frequências absoluta e relativa do conhecimento dos alunos sobre a existência de diálogo na família sobre finanças

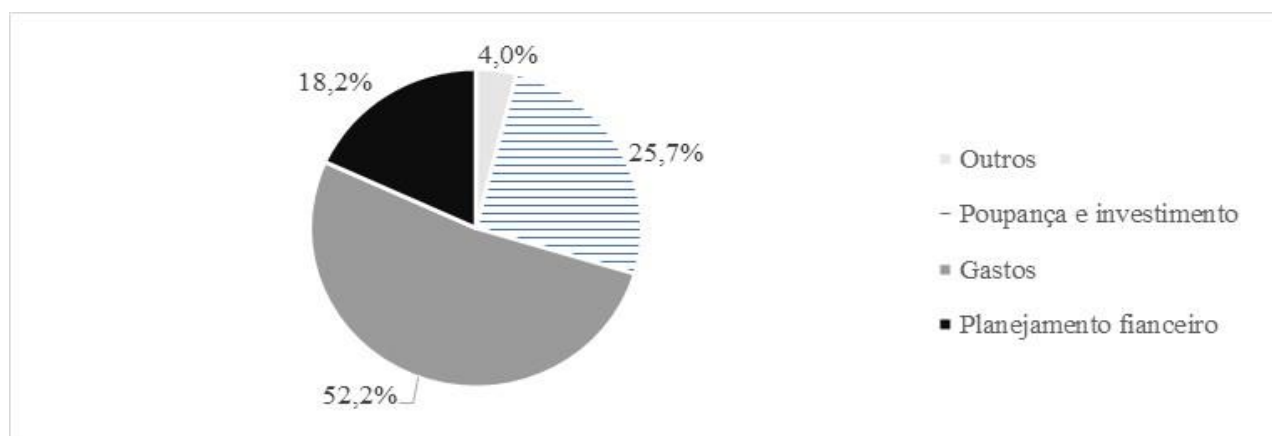
Questão	Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Você e as pessoas que moram na sua casa conversam sobre finanças/dinheiro?	Sim, conversamos todos juntos	254	56,4%
	Meus familiares conversam entre eles, mas eu não participo	101	22,4%
	Não, ninguém conversa sobre dinheiro	59	13,1%
	Não sei responder	36	8%

O percentual de alunos que disseram que ninguém da família dialoga sobre finanças é de 13,1%, o que pode influenciar em um encontro tardio desse grupo com o assunto, pois este contato vai ocorrer na escola (se ocorrer) ou com o interesse natural deles, de acordo com o surgimento das necessidades. Essa situação demonstra que os assuntos financeiros ainda são vistos como tabus por parte das famílias, e que a escola, ao trabalhar com conteúdos que fazem parte do cotidiano dos alunos, pode ser o fator-chave capaz de quebrar essa barreira ao mostrar para eles a necessidade de se falar sobre o assunto, despertando interesse ao ponto de que esse aprendizado chegue às famílias.

O Gráfico 4 apresenta os assuntos mais discutidos entre os alunos e seus familiares, sendo os gastos a maior frequência apresentada, em que 52,2% dos alunos afirmaram ser este o assunto principal sobre finanças. O fato de os jovens estarem em busca de uma identidade própria (Santos & Fernandes, 2011) e de descobertas (Mattos & Castro, 2008) pode contribuir para que este assunto seja tratado com mais frequência, tendo em vista que o consumo praticado pelos jovens pode afetar de uma maneira geral o orçamento familiar.

Gráfico 4

Porcentagem dos assuntos financeiros mais discutidos entre os alunos e seus familiares



O segundo assunto mais discutido está a “poupança e investimentos” (25,7%), o que pode sugerir uma preocupação dos pais com o futuro dos filhos, considerando que os jovens estão em uma fase em que a necessidade de consumo está à frente da importância de se poupar. Outra justificativa pode ser a situação econômico-financeira das famílias que, ao não possuírem recursos suficientes para as despesas ou sempre viverem com recursos limitados, como já mencionado anteriormente, veem o assunto como uma realidade distante para ser discutida, levando assuntos como poupança e investimento a não serem tratados no grupo familiar. O mesmo vale quando um número reduzido de jovens (18,2%) dialoga com a família sobre “planejamento financeiro”, o que pode ser considerado por eles um assunto desnecessário,

devido à dificuldade em se cumprir um plano financeiro diante das instabilidades econômicas que afetam em maior intensidade as famílias de baixa renda.

Embora o nível de alfabetização financeira se apresente baixo no país, conforme já mencionado, a grande parcela dos alunos acredita que ao menos 1 (um) membro da família em que está inserido tem conhecimento, mesmo que básico, sobre algum conteúdo financeiro, sendo os mais citados: noções de porcentagem (15,0%), juros simples (14,7%) e consumo consciente (14,7%), seguido de direitos e deveres do consumidor (14,1%), conforme Tabela 9.

Tabela 9

Frequências absoluta e relativa dos conteúdos financeiros de conhecimento dos moradores da casa, de acordo com a opinião dos alunos

Questão	Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Você considera que ao menos 1 (uma) das pessoas que mora com você tem noções de algum dos conteúdos abaixo?	Noções de porcentagem	209	15,0%
	Juros simples	205	14,7%
	Juros compostos	133	9,6%
	Consumo consciente	205	14,7%
	Direitos e deveres do consumidor	196	14,1%
	Como elaborar um planejamento financeiro	133	9,6%
	Conhecimento básico sobre investimento	157	11,3%
	Acredito que eles não possuem conhecimento sobre esses assuntos	56	4,0%
	Não sei responder	98	7,0%

O número de alunos entrevistados que afirmaram não ter aprendido qualquer conteúdo sobre educação financeira chega a 45,3%, quase se equivale com os que disseram ter aprendido algo sobre o tema (54,7%). Ou seja, aproximadamente metade dos alunos que frequentam o último ano escolar regular obrigatório afirmaram que nunca tiveram contato com o assunto. Esse resultado sinaliza que a educação financeira não vem sendo trabalhada em casa ou em sala de aula, ou que os alunos desconsideram os assuntos financeiros tratados.

Tal resultado é preocupante, ao considerar que o ensino de educação financeira deveria ter como principal agente de socialização a família, responsável por introduzir o assunto desde a infância para que na fase adulta o conhecimento estivesse em um estágio de maior amadurecimento. Porém, a falta de contato dos alunos com o tema pode indicar o analfabetismo financeiro presente nas famílias ou mesmo a falta de diálogo, conforme apontado na Tabela 8.

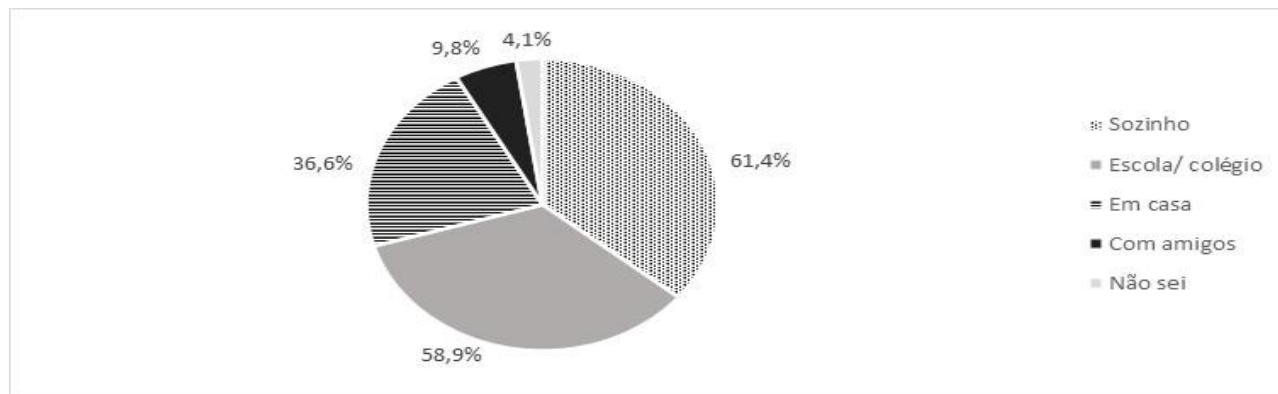
Já a ausência de educação financeira nas instituições de ensino merece especial atenção, visto que a escola é um dos principais agentes de socialização financeira, logo atrás dos pais que são a primeira referência da criança com o tema. Além disso, o conteúdo, inserido na BNCC de 2017, já era obrigatório desde 2020, como tema transversal e integrador, articulado com as disciplinas dos componentes curriculares. Nesse sentido, considerando que os professores também fazem parte de uma população que não foi alfabetizada financeiramente, cabe investigar se há capacitação destinada a esses profissionais, se os conteúdos são suficientes e qual o apoio didático-pedagógico disponibilizado para que eles sejam capazes de trabalhar o conteúdo de forma articulada com a realidade dos alunos.

No mesmo sentido, apesar de os pais serem os agentes primários de socialização financeira, como explica Santos e Fernandes (2011), o resultado desta pesquisa aponta que 64,4% dos alunos que disseram ter aprendido algum conteúdo financeiro, não adquiriram esse aprendizado (pelo menos em parte) em casa, conforma consta no Gráfico 5. Apesar dessa visão dos adolescentes, é válido ressaltar que, mesmo que o assunto não seja tratado diretamente por meio de diálogo, o jovem adquire valores financeiros

semelhantes ao de seus pais, pelo simples fato de observarem, desde a infância, o comportamento financeiro deles (Bowen, 2002).

Gráfico 5

Frequência do(s) local(is) em que os alunos afirmaram ter aprendido conteúdos de educação financeira (múltipla escolha)

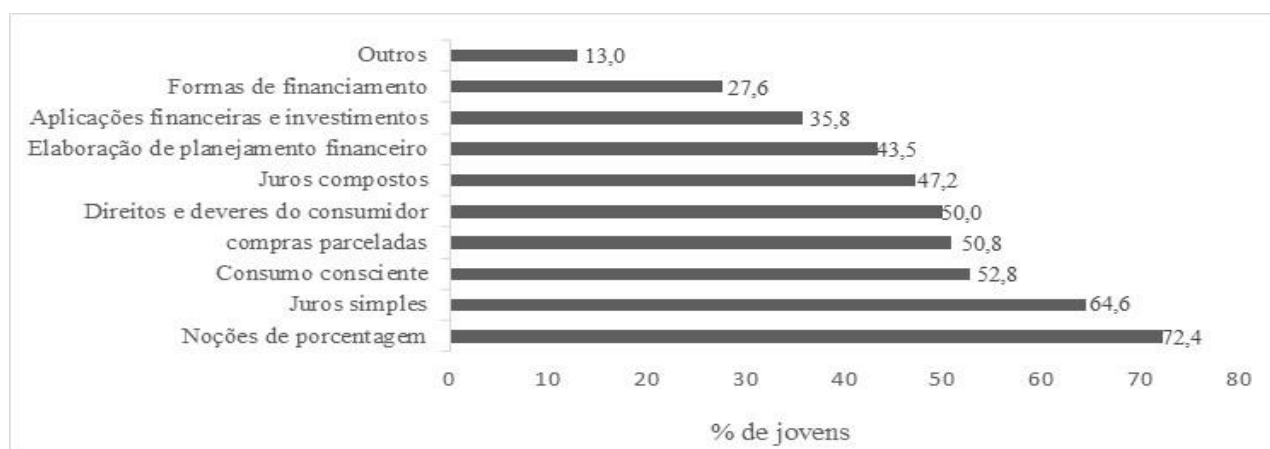


Considerando que a maioria (61,4%) disse que o conhecimento foi obtido em parte ou ao todo sozinho, é importante citar aqui a influência que a cultura de consumo predominante e as informações disponíveis voltadas para que ela seja fortalecida (Santos & Fernandes, 2011) podem causar nos valores pessoais dos jovens, o que demanda atenção nessa formação adquirida. O mesmo vale para o aprendizado adquirido com os amigos (9,8%), tendo em vista que nessa fase os adolescentes são propensos a uma gestão de recursos financeiros crítica, devido ao momento de formação e descoberta que se encontram (Mattos & Castro, 2008).

Já os alunos que disseram ter aprendido algum conteúdo sobre educação financeira, tiveram como assuntos mais citados “noções de porcentagem”, com 72,4%, e “juros simples”, com 64,6% (Gráfico 6). Acredita-se que tais assuntos foram trabalhados em sala de aula na disciplina de matemática, tendo em vista que, de acordo com a BNCC, problemas envolvendo porcentagens fazem parte do conjunto de aprendizagens essenciais das etapas da educação básica (MEC, 2017).

Gráfico 6

Porcentagem dos conteúdos sobre educação financeira aprendidos pelos alunos



Os juros compostos, apesar de ser um conteúdo matemático que também faz parte das aprendizagens essenciais (MEC, 2017), foi citado por 47,2% dos alunos. Esse resultado pode demonstrar que quanto mais complexo o assunto, mais difícil de tratá-lo em sala de aula, seja pelo nível de conhecimento da

turma que impede o avanço do conteúdo, seja pela dificuldade em administrar os conteúdos a serem trabalhados com o tempo disponível (Carvalho & Scholz, 2019).

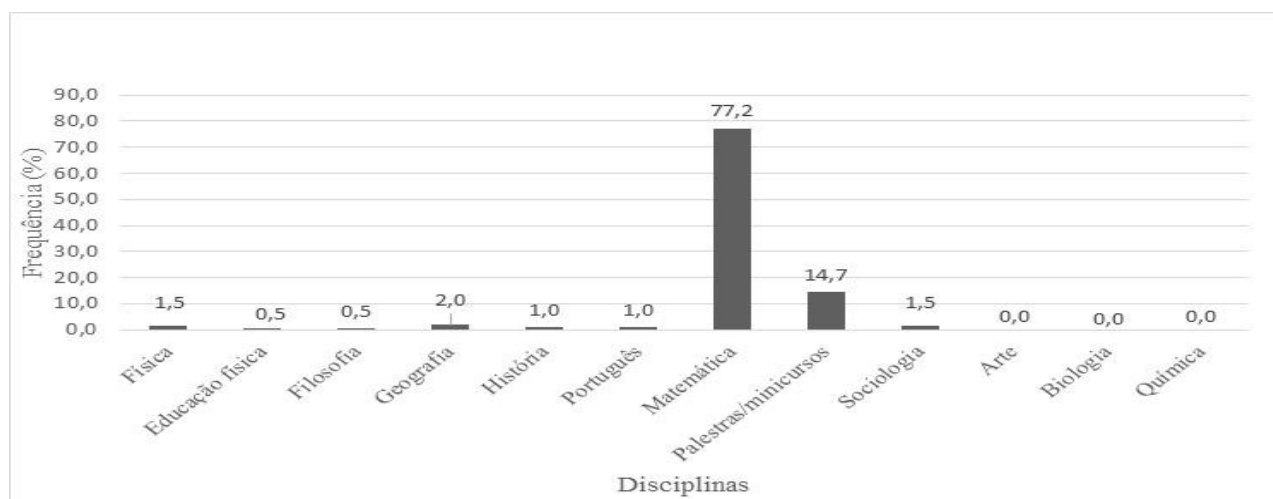
O “consumo consciente” foi o terceiro conteúdo mais citado, com 52,8%, seguido de “compras parceladas” (50,8%). Esses dois assuntos podem ser considerados tema de interesse familiar, tendo em vista a situação financeira das famílias pesquisadas e a tendência ao consumo dos jovens (Mattos & Castro, 2008; Santos & Fernandes, 2011). Além disso, 52,2% dos alunos pesquisados disseram dialogar com a família sobre gastos, o que reforça que tais conteúdos vêm sendo discutidos no ambiente familiar.

Outros assuntos menos citados pelos alunos, como: “elaboração de planejamento financeiro” (43,5%), “aplicações financeiras e investimentos” (35,8%) e “formas de financiamento” (27,6%) podem ser considerados conteúdos paralelos à realidade dos alunos, visto a condição financeira da família, que acaba influenciando o desinteresse do jovem por assuntos de poupança, investimento e até mesmo planejamento. Por outro lado, “formas de financiamento” poderia ser considerado um assunto de interesse, uma vez que famílias com menores rendas são mais propensas a recorrerem a empréstimos (Magro et al., 2018) e, no caso, o conhecimento sobre o assunto auxiliaria essas famílias na tomada de decisões financeiras (apesar de elas possuírem menos opções de escolha).

Dos conteúdos financeiros estudados no ambiente escolar, a 77,2% foi vista na disciplina de matemática, o que pode indicar que a educação financeira ainda é entendida, muitas vezes, como assunto de conteúdo matemático e, por isso, trabalhada nessa disciplina (Gráfico 7). Na sequência, 14,7% dos alunos disseram que o contato com o tema foi feito por meio de palestras ou minicursos, ou seja, dissociado das disciplinas escolares, o que pode indicar a dificuldade do professor em trabalhar a educação financeira dentro da disciplina. Mais do que aplicação matemática a educação financeira deve ser contextualizada dentro das disciplinas para promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, em dimensões culturais, sociais, políticas, econômicas e psicológicas (MEC, 2017). Sob outra perspectiva, pode ser que o assunto seja trabalhado em outras disciplinas, além da matemática, mas que os próprios alunos não associam o conteúdo com a educação financeira.

Gráfico 7

Porcentagem das disciplinas que trabalharam conteúdos de educação financeira citadas pelos alunos



Por fim, esta pesquisa apresenta os conteúdos que os alunos esperariam aprender com a educação financeira, o que pode contribuir com a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas destinadas a esse grupo, e, principalmente com o desenvolvimento dos currículos das escolas pesquisadas, visto que os resultados representam a necessidade local. Os conteúdos mais citados pelos alunos pesquisados foram (Tabela 10): “aumentar o bem-estar financeiro pessoal/familiar” (66,7%), “aprender a poupar/ investir”

(49,3%), “cortar gastos desnecessários” (48,0%), “saber administrar suas dívidas” (43,8%), “aprender sobre o consumo consciente” (42,4%), “planejar melhor os gastos pessoais/familiares” (37,1%) e, “saber como escolher os melhores produtos e serviços financeiros” (37,1%), sendo que, no geral, tratam de assuntos que direcionam ao controle dos recursos financeiros de modo que o resultado proporcione a saúde financeira da família.

Tabela 10

Frequências absoluta e relativa dos conteúdos que os alunos esperariam aprender com educação financeira

Questão	Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
O que você esperaria aprender com educação financeira?	Aumentar o bem-estar financeiro pessoal/familiar	300	66,7%
	Aprender a poupar/ investir	222	49,3%
	Cortar gastos desnecessários	216	48,0%
	Saber administrar suas dívidas	197	43,8%
	Aprender sobre o consumo consciente	191	42,4%
	Planejar melhor os gastos pessoais/familiares	167	37,1%
	Saber como escolher os melhores produtos e serviços financeiros (ex: crédito, seguro, plano previdenciário, investimento)	167	37,1%
	Aprender a empreender	166	36,9%
	Tomar decisões financeiras mais acertadas	163	36,2%
	Não se endividar	158	35,1%
	Conhecer os direitos e deveres do consumidor	138	30,7%
	Conseguir pagar as contas do mês	112	24,9%
	Enriquecer via operações junto ao mercado financeiro/ bolsa de valores	97	21,6%
	Proteger o patrimônio pessoal/familiar	96	21,3%
	Identificar opções de obtenção de trabalho e renda	87	19,3%
	Conseguir escolher a(s) melhor(es) instituição(ões) financeira(s) para ser cliente	83	18,4%
	Não sei	15	3,3%

Quando 66,7% dos alunos citam que esperam aprender com a educação financeira “aumentar o bem-estar financeiro”, indiretamente eles acreditam que, ao controlar os gastos e despesas familiares e poupar uma quantia suficiente para as emergências, conseguirão gozar de uma vida financeira equilibrada e tranquila. Contudo, apesar dos benefícios que podem decorrer de escolhas financeiras mais conscientes, não se pode dizer que a alfabetização financeira por si só pode levar a uma vida financeira mais equilibrada, tendo em vista a interferência de elementos circunstanciais e comportamentais, das condições socioeconômico em que as famílias vivem e, a forma de organização do mercado, ancorada em uma cultura consumista e de desregulamentação financeira (Pereira, 2015).

Apesar de ser um número relativamente baixo, quando 36,9% dos alunos dizem que esperariam “aprender a empreender” com a educação financeira, eles vão ao encontro da ideia de Pereira (2015), que afirma que, para a população de baixa renda, os ganhos de bem-estar financeiro advêm da maior estabilidade de renda. As oportunidades de aumento da renda podem ser conquistadas por meio do empreendedorismo, quando uma crise de emprego, tanto em termos de quantidade como de qualidade, atinge os mais jovens (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2021). Nesse mesmo sentido, quando apenas 19,3% dos alunos esperariam “identificar opções de obtenção de trabalho e renda” em um cenário de trabalho crítico para os jovens, ele demonstra o descrédito que possui em relação ao mercado de trabalho em que o desemprego se trata mais de um resultado do contexto social do que propriamente da sua capacidade em conseguir trabalho.

Vale destacar que os alunos se mostraram mais desinteressados por assuntos como: “tomar decisões financeiras mais acertadas” (36,2%), “não se endividar” (35,1%), “conseguir pagar as contas do mês” (24,9%), “enriquecer via operações junto ao mercado financeiro/ bolsa de valores” (21,6%), “proteger o patrimônio pessoal/familiar” (21,3%) e, “conseguir escolher a(s) melhor(es) instituição(ões) financeira(s) para ser cliente” (18,4%), o que pode representar que os alunos não veem a educação financeira como sendo capaz de proporcionar mudanças com esse aprendizado. Enriquecer via mercado financeiro envolve riscos de mercado que não podem ser controlados, bem como o fato de não se endividar, tomar decisões mais acertadas, proteger o patrimônio pessoal e familiar e conseguir pagar as contas do mês, que não depende exclusivamente de possuir ou não conhecimentos financeiros, mas, principalmente, das condições financeiras da família e de situações circunstanciais. Da mesma forma, saber escolher as melhores instituições financeiras para ser cliente pode ser considerado um assunto volátil, que exige acompanhamento constante, devido à grande variedade de produtos e serviços que acompanham os sistemas econômico e financeiro.

Apesar de ser um conteúdo capaz de contribuir para a proteção dos indivíduos como consumidores, “conhecer os direitos e deveres do consumidor” também foi um assunto relativamente pouco citado pelos alunos (30,7%). Conhecer as diretrizes de regulamentação financeira, que visam coibir práticas abusivas, enganosas e predatórias, além de exploração de vieses comportamentais do consumidor, conforme explica Pereira (2015), é fundamental para que o consumidor tenha capacidade de fazer escolhas mais conscientes. Nesse caso, contemplar o assunto em sala de aula poderia aumentar o interesse dos alunos pelo tema.

Considerações finais

O artigo apresentou resultados de pesquisa de campo conduzida junto a 450 jovens, alunos do 3º ano do ensino médio das escolas públicas estaduais do sul de Minas Gerais, por meio de questionário aplicado, na busca de conhecer o comportamento desses jovens diante de questões financeiras familiares, contribuindo com a construção da literatura existente e com subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o assunto.

Os resultados dessa pesquisa indicaram que os alunos participam das decisões financeiras da família por meio do interesse que eles têm pelo modo como as finanças são administradas, ou seja, ao conhecer as fontes de renda, se os recursos financeiros são suficientes para o cobrimento das despesas, sobre a composição das despesas, e se a família realiza um planejamento financeiro. Os resultados sugerem que os alunos se comportam majoritariamente de forma passiva, mais como expectadores do que como atores ativos envolvidos nessas questões.

Os motivos pelos quais uma parcela de alunos não participa das discussões financeiras da família podem ser pelo fato de a própria família não o incluir nesse tipo de assunto ou por ele próprio não se interessar em participar. Essa questão merece especial atenção, ao se considerar que o ambiente familiar é o primeiro locus de aprendizagem financeira, por meio da observação do comportamento dos pais, o que tende a ser repetido pelos jovens na vida adulta. Nesse sentido, investigar o motivo pelo qual a ausência de diálogo está presente nas famílias constitui tema importante de pesquisa futura para a reversão desse quadro.

Outra informação relevante é que, das famílias que realizam planejamento financeiro, 40,6% incluem os alunos frequentemente nesse controle, o que corresponde a somente 18,8% de todos os alunos pesquisados. Novamente, ressalta-se a importância de que pesquisas futuras investiguem se o maior motivo da falta de planejamento está relacionado com o baixo grau de alfabetização financeira e/ou também com o baixo nível de renda das famílias, uma vez que a tendência é a repetição desse comportamento, seja pelos próprios alunos quando constituírem suas famílias, ou por já serem os representantes principais e passarem esse comportamento aos seus descendentes.

Quanto à responsabilidade dos alunos perante o orçamento familiar, observou-se que, apesar de eles serem considerados conscientes, ajudando a família a pagar as despesas e se preocupando se os recursos financeiros são suficientes para cobri-las, parte deles reconhecem terem agido de modo a sacrificar o orçamento familiar para satisfazer seus desejos de compras pessoais. Nesse caso, contribuir financeiramente com as despesas da família pode significar mais a necessidade de assumir ou complementar a renda da casa do que uma atitude de comprometimento e responsabilidade em si.

Por último, esta pesquisa se propôs a realizar um levantamento para identificar os conteúdos sobre educação financeira a que os jovens já tiveram acesso e o ambiente em que esse aprendizado foi adquirido, a fim de se conhecer se os principais agentes de socialização financeira, família e escola, vem cumprindo esse papel.

Os dados da pesquisa sugerem que a educação financeira, embora seja conteúdo obrigatório nas escolas de ensino médio desde 2020, precisa ser trabalhada com maior profundidade. Segundo os alunos entrevistados, a educação financeira, quando trabalhada, é em grande parte vinculada à disciplina de matemática, distanciando-se da natureza interdisciplinar e do ambiente integrado à realidade do aluno, como preconiza a BNCC, o que sugere que as escolas ainda não estão preparadas para trabalhar com este tema. No mesmo sentido, também preocupa o elevado número de alunos que afirmou ter aprendido sozinho algum conteúdo sobre educação financeira (61,4%), montante superior ao da escola (58,9%) e da própria família (36,6%).

De forma geral, vale destacar que, na busca de se conhecer o comportamento dos jovens de baixa renda diante das questões financeiras familiares, faz-se necessário compreender o ambiente em que eles estão inseridos. Uma vez que a tendência dos alunos a sucumbir à cultura do consumo, e a influência de fatores socioeconômicos se mostraram presentes na pesquisa, identificar fatores externos e suas interferências no comportamento financeiro dos jovens será de grande relevância para a formulação de políticas eficazes e, de fato, condizentes com as necessidades do grupo.

Referências

Anjos, R. E. (2017). *O desenvolvimento da personalidade na adolescência e a educação escolar: aportes teóricos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. [Tese de Doutorado] Faculdade de Ciências e Letras. Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara.

Atkinson, A., & Messy, F. (2012). Measuring financial literacy: results of the OECD/ internacional network on financial education (INFE) pilot study. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions* n. 15. <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>.

Banco Central do Brasil. (2017). *Série cidadania financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão* (6a ed.). Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_6_endividamento_risco.pdf#:~:text=Esta%20publica%C3%A7%C3%A3o%20busca%20ampliar%20o%20conhecimento%20sobre%20Cidadania,do%20cidad%C3%A3o%20no%20di%C3%A1logo%20sobre%20o%20sistema%20financeiro.

Botelho, D., Bourguignon, M. F. M., & Cruz, B. P. A. (2006). Está a tríade familiar convergindo em suas percepções sobre a influência do adolescente na decisão de compra? *Revista de Negócios*, 11(1), 66-76.

Bowen, C. F. (2002). Financial Knowledge of teens and their parentes. *Journal of Financial Counseling and Planning Education*, 13(2), 93-102.

Carvalho, A. V. S. R., Queiroz, L. S., & Bergamo, F. V. M. (2017). Consumo adolescente: construindo a identidade de jovens brasileiras. *Revista Brasileira de Marketing – ReMark*, 16(1), 68-82.

- Carvalho, L. A., & Scholz, R. H. (2019). “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: cenário da educação financeira no cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management & Innovation*, 6(2), 103-125.
- Chen, H., & Volpe, R. P. (1998). *And analysis of personal financial literacy among college students*. *Financial Services Review*, 7(2), 107-128.
- Corseuil, C. H. L., Franca, M. P., & Poloponsky, K. (2020). A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos Estud. CEBRAP*, 39(3), 501-520.
- Estratégia Nacional de Educação Financeira. (2010). *ENEF. Anexos ao Plano Diretor*. http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). Atlas.
- Godoi, A. C., & Tiné, S. Z. S. (2020). A educação financeira, a BNCC e o currículo: contextos e desafios das escolas públicas brasileiras. In C. Forte (Org.), *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor* (pp.78-113). Riemma.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). Sinopse do Censo Demográfico 2010. IBGE. <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). *Financial literacy and retirement planning in the United States*. Cambridge University Press, 10(4), 509–525.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5-44.
- Magro et al. (2018). O efeito da família no comportamento financeiro de adolescentes em escolas públicas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12(1), 1-21.
- Mattos, A. R., & Castro, L. R. (2008). Ser livre para consumir ou consumir para ser livre? *Psicologia em Revista*, 14(1), 151-170.
- Minas Gerais. (2010). *Regiões de Planejamento por município*. https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_02_regplan_listam_unicípios.pdf.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 01-12.
- Mineiro, M. (2020). Pesquisa de survey e amostragem: aportes teóricos elementares. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REE*, 1(2), 284-306.
- Ministério da Educação. (2017). *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.
- Ministério da Educação. (2022, 31 de outubro). Mulheres predominam em estudos, pesquisas e exames. *Inep*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/mulheres-predominam-em-estudos-pesquisas-e-exames-educacionais#:~:text=Dos%20mais%20de%201%2C7,55%25%20dos%20participantes%20foram%20mulheres>.
- Moreira, C. (2013). Distorção idade-série na educação básica. *Jusbrasil*. <https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica>.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020). PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money?. *PISA, OECD Publishing*. <https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>.

Organização Internacional do Trabalho. (2021). *Crise do emprego juvenil: desarmando a bomba-relógio ativada pela pandemia*. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_816644/lang--pt/index.htm.

Pereira, F. B. (2015). *Notas de um plano nacional de capacitação financeira*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Potrich, A. C. G. (2016). *Alfabetização financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Maria.

Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2015). Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. *R. Cont. Fin. – USP*, 26(69), 362-377.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2a ed.). FEEVALE.

Santos, A. B. (n.d.). Formas de amostragem. *Material didático*. <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Departamentos/CiencCompEstatistica/Adriana/formas-de-amostragem.pdf>.

Santos, C. P., & Fernandes, D. V. D. H. (2011). A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, 12(1), 169-203.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. (2021). *Superintendências Regionais de Ensino – SREs*. <https://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/superintendencias-regionais-de-ensino>.